



ENTREVISTA



Especialista em previdência social cita prejuízos da PEC 287. **Páginas 6 e 7.**

CULTURA



Paulo Mamulengo deixa seu legado combativo e uma lista de "causos" instigantes. **Página 11.**

DIÁLOGO



Itacoatiara é o segundo campus a receber a diretoria da ADUA em rodada de visitas. **Página 3.**

Trabalhadores voltam a ocupar as ruas!

Este histórico Maio de 2017 encheu de esperança o trabalhador brasileiro. Esperança do verbo esperar e não do verbo esperar, como diria Paulo Freire. O trabalhador, que sabe, fez a hora e, embalado por mega-manifestações por todo o Brasil, ocorridas em 28 de abril (20 mil pessoas somente em Manaus), ocupou Brasília, mobilizou-se no Rio e em muitas outras cidades brasileiras, dizendo não às esdrúxulas reformas e entoando, a plenos pulmões, um colossal Fora Temer! No caso particular do Amazonas, os trabalhadores podem comemorar

também a presença ainda mais forte da central mais combativa do Brasil, a Central Sindical e Popular – CSP-Conlutas, que ganha o reforço de uma seção estadual, fundada no dia 6 de maio no Auditório da ADUA. E para nos encher ainda mais de esperança, a burguesia se divide e parte dela recusa apoio a Michel Temer. Assim, a partir da divulgação de vídeos e áudios envolvendo atos de corrupção de Aécio Neves e de Temer, tramam nos porões da grande mídia, do legislativo e do judiciário, buscando convencer o trabalhador a abrir mão de seu protagonismo, seduzindo-o a

apoiar nova manobra que vem do alto: eleições indiretas no Congresso Nacional. Este, por sua vez, busca, desesperadamente, manter as reformas, apenas trocando o mandatário. Não restam dúvidas, portanto, de que a resposta do trabalhador brasileiro precisa ser dada nas ruas, exigindo o fim das reformas privatistas e a saída do presidente ilegítimo. Centrais sindicais, movimentos sociais, culturais e artísticos, com o espírito combativo do velho Paulo Mamulengo, que nos deixou em abril passado, estarão mobilizando esta pátria tupiniquim rumo à vitória!

Notas

“Ocupa Brasília”

Deliberado pelas Centrais Sindicais, no início de maio, o “Ocupa Brasília” realizado no último dia 24, em Brasília, com objetivo de avançar na mobilização contra as reformas do governo federal e de pressionar pela revogação da Lei das Terceirizações, reuniu 150 mil pessoas. Precedida de duas semanas intensas de atividades para marcar o maio de lutas, a grande marcha se apoiou na adesão de instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior e servidores públicos de diversas áreas à Greve Geral do dia 28 de abril, quando 40 milhões de trabalhadores cruzaram os braços e protagonizaram a maior “greve geral do país”.

CSP-Conlutas Amazonas

Destinada a defender as reivindicações imediatas e os interesses históricos da classe trabalhadora, a Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas) conta, desde o dia 6 de maio deste ano, com uma seção no Amazonas. Voltada a intensificar, em âmbito local, as mobilizações contra as reformas da Previdência e trabalhista a entidade contou com a presença da presidente do ANDES-SN, Eblin Farage, em seu lançamento oficial. Na ocasião,

Eblin destacou a importância do fortalecimento da CSP-Conlutas em meio à degeneração de tantas representações da classe trabalhadora, cujos objetivos são essencialmente eleitorais e partidários. Durante a Assembleia de Lançamento foram aprovados ainda os nomes indicados para a Diretoria Executiva Estadual e para o Conselho Fiscal da CSP-Conlutas Amazonas.

OAB X Temer

Por 25 votos a 1, o Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) aprovou, no dia 20 de maio, relatório da comissão especial que concluiu que ‘há indícios suficientes para abertura de processo de impeachment do presidente Temer pela Câmara dos Deputados’. O relatório foi

apresentado em reunião extraordinária do Conselho Pleno da Ordem, em Brasília, juntamente com o Colégio de Presidentes de Seccionais. Apenas a seccional da OAB no Estado do Amapá foi contra o impeachment. A Ordem dos Advogados do Brasil deve entregar à Câmara dos Deputados um pedido de impeachment de Michel Temer, assim como fez com os ex-presidentes Dilma Rousseff e Fernando Collor. Conforme o relatório da comissão, Michel Temer teria falhado ao não informar às autoridades competentes a admissão de crime por Joesley Batista e faltado com o decoro exigido do cargo ao se encontrar com o empresário sem registro da agenda e prometido agir em favor de interesses particulares.

charge



O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da Ufam - Seção Sindical do ANDES-SN.

Diretoria: Aldair Oliveira de Andrade (Presidente), Welton Oda (2º Vice-presidente), Kátia Vallina (1ª Secretária), Laura Miranda (2ª Secretária), Maria Rosária do Carmo (1ª Tesoureira) e José Humberto Michiles (2º Tesoureiro).

Diretor Responsável: Welton Yudi Oda

Jornalista Responsável: Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)

Reportagem: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459) e Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)

Diagramação: Jéssica Martins

Fotografias: Anderson Vasconcelos, Annyelle Bezerra e Daniel Amorim

Chargista: Junior Lima

Ilustrações: Kariny Sanchez

Impressão: Gráfica Amazonas. 2000 exemplares.

Fone/Fax: (92) 3088-7009

e-mail: aduass@uol.com.br, imprensa.adua@gmail.com

Endereço: Av. General Rodrigo Octávio, 3000, Campus Universitário da Ufam, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas.

Site: www.adua.org.br

DIÁLOGO

Depois de Coari, diretoria da ADUA realiza encontro com associados em Itacoatiara

Fotos: Abel S. Muri Gama / Aldair Andrade

Dando continuidade à rodada de visitas da diretoria da ADUA aos associados lotados nas unidades fora da sede, nos cinco municípios onde a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) possui unidade acadêmica, os dirigentes da seção sindical seguem, no dia 9 de junho, ao Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia (ICET), em Itacoatiara, para discutir sobre a importância do fortalecimento das mobilizações contra a retirada de direitos proposta pelo governo federal, expressa nas contrarreformas Trabalhista, Previdenciária e do Ensino Médio.

Localizado a 269 quilômetros de Manaus, o campus do município é o segundo destino do calendário de visitas da atual diretoria da ADUA aos sindicalizados e não filiados. A visita completa ocorre até meados do segundo semestre deste ano e tem como objetivo aproximar a categoria de sua base sindical.

“Além de manter maior proximidade com os sindicalizados, a proposta é apresentar a entidade e mostrar qual é o nosso papel frente às demandas da categoria, na luta por melhores condições de trabalho e na defesa dos direitos dos professores”, explicou o presidente em exercício, professor Aldair Andrade. “É uma visita de reconhecimento e de aprendizado”, emendou.



Rodada de visitas iniciou pelo ISB

Na primeira etapa da série de visitas, ocorrida nos dias 25, 26 e 27 de abril, os representantes da diretoria da ADUA Seção Sindical se juntaram à crescente mobilização dos professores da unidade de Coari contra a retirada de direitos proposta pelo governo federal. O campus do município, localizado a 360 km de Manaus, foi escolhido como ponto de partida da agenda de visitas. A comunidade acadêmica do Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB) se mostrou bastante receptiva, havendo inclusive manifestações de docentes interessados em se filiarem ao sindicato.

Durante as reuniões, os professores José Alcimar Oliveira e o presidente em exercício da ADUA, Aldair Andrade reafirmaram a importância da soma de esforços para combater os retrocessos.

Segundo Oliveira, a categoria docente de Coari sinalizou uma intensa mobilização contra a retirada de direitos sociais.

“Apesar da contrainformação do poder midiático a serviço da dominação de classe, os professores começam a se rebelar contra o desmonte de garantias constitucionais que os poderes desse país promovem a passos acelerados. O Brasil do andar de baixo começa a se levantar e a ADUA é parte desse levante cívico e constitucional”, avaliou Alcimar Oliveira.

Já Aldair Andrade complementou que o posicionamento agora é de “vigilância constante dos direitos da classe trabalhadora, independentemente da cor, partido ou do poder instituído”.

A visita ao município teve como papel também apresentar aos sindicalizados as linhas de atuação da ADUA, a função da

assessoria jurídica, a dinâmica da comunicação entre a sede e os campi, a metodologia das assembleias e a relação com os filiados. O trabalho de esclarecimento contou com a distribuição de material informativo e fichas de filiação.

Histórico

A última série de visitas realizada pela diretoria da entidade com a missão de aproximar cada vez mais sindicalizado e seção sindical, na luta em defesa da universidade pública e do trabalhador, em que pese a distância geográfica e as dificuldades de deslocamentos na região, foi realizada em 2013, na gestão comandada pelo professor José Belizario. Ao longo dos encontros, a “comitiva” da ADUA pode conhecer melhor a realidade em que vivem e atuam os professores da Ufam.

Greve Geral: Desafio dos trabalhadores brasileiros é fortalecer a mobilização coletiva em combate às contrarreformas



Fotos: Anderson Vasconcelos, Annyelle Bezerra e arquivo ANDES-SN



Que a Greve Geral do dia 28 de abril foi uma grande conquista da classe trabalhadora e demonstrou que com unidade é possível parar o Brasil, ninguém contesta. Porém, o desafio agora é manter a mobilização coletiva e intensificar a pressão contra a retirada de direitos dos pais e mães de família que tanto contribuem para a riqueza do país, mas dela não usufruem.

Avaliada pelas Centrais Sindicais como uma ação vitoriosa e a maior mobilização da classe trabalhadora brasileira, a Greve do dia 28 levou 40 milhões de pessoas às ruas dispostas a combater o desmonte da Previdência Social, dos Direitos trabalhistas e das Organizações Sindicais de trabalhadores.

Universidades, fábricas, escolas, órgãos públicos, bancos, transportes urbanos, entre outros setores aderiram ao movimento que teve o apoio ainda de entidades da sociedade civil: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ministério Público do Trabalho (MPT), associações de magistrados e advogados trabalhistas e da população de grandes e pequenas cidades, distribuídas entre capital e interior.

Ao longo das 24 horas de paralisação, Instituições de Ensino Superior (IES) como a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) permaneceram com as portas trancadas. Várias seções sindicais, entre elas a ADUA, realizaram manifestações e panfletagens em frente aos campi. Em Manaus, assim como em diversas capitais, rodovias foram trancadas e motoristas de ônibus se juntaram à

mobilização. As rotatórias da Suframa e do Armando Mendes, que dão acesso a duas importantes zonas da cidade de Manaus, sul e leste, por exemplo, tiveram o bloqueio parcial iniciado às 4 horas da manhã.

As mobilizações seguiram ao longo do dia, na capital amazonense, com a concentração de pelo menos 20 mil pessoas, na Praça Heliodoro Balbi (Praça da Polícia), no centro, desde às 15h, de onde seguiram em marcha até a Praça do Congresso.

Além do Amazonas, em âmbito nacional, trabalhadores de Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Pará, Minas Gerais, Alagoas, Espírito Santo, Bahia e o Distrito Federal também protagonizaram um grande NÃO às contrarreformas e à Terceirização.

São Paulo

Em São Paulo, tanto na capital quanto nas cidades do interior, trabalhadores realizaram piquetes e trancamentos de vias, ao longo do dia de Greve Geral. Rodovias principais do estado, como a Via Dutra e Airton Senna, foram paradas, limitando o acesso aos polos industriais da região metropolitana. Milhares de pessoas foram às ruas em diversas cidades. À tarde, na capital, manifestantes se concentraram no vão do Masp, na avenida Paulista. Já à noite foi realizada uma grande manifestação, com cerca de 70 mil pessoas, no Largo da Batata. O ato marchou sentido a casa do presidente ilegítimo Michel Temer.

Rio de Janeiro

No Rio a mobilização também foi intensa. Aeroportos paralisaram as atividades nos aeroportos Santos Dumont e Galeão.

A greve teve impacto em várias regiões do Rio. Houve bloqueios na Ponte Rio Niterói, na Av. Brasil, Radial Oeste, Linha Vermelha, Rodovia Niterói-Manilha e nos acessos às barcas e ao terminal rodoviário Nova Alvorada, um dos maiores da cidade.

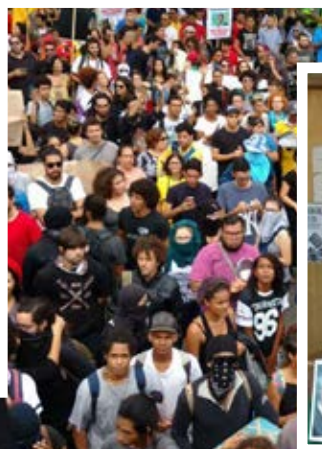
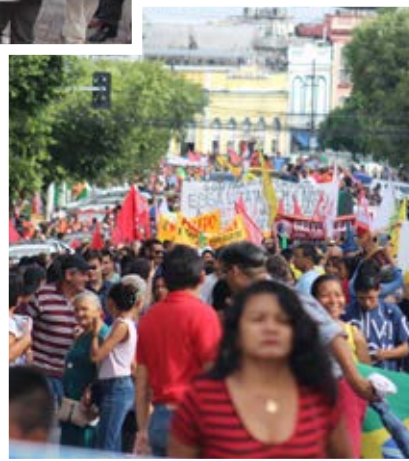
No final da tarde, dezenas de milhares de pessoas protestaram no centro da capital fluminense com gritos de "Fora Temer" protagonizando o maior ato contra as reformas já realizado no Rio de Janeiro. Na assembleia legislativa do estado (Alerj), eles se concentraram em frente à Alerj para sair em passeata até a Candelária e, depois, caminhar até a Cinelândia, para o ato unificado das centrais sindicais.

Paraná

Mais de 90 categorias de trabalhadores do Paraná aderiram à Greve Geral. Cerca de 200 mil pessoas participaram de mobilizações e pelo menos 400 mil aderiram à greve em todo o Estado.

Em Curitiba, terminais de transporte público, ruas e praças permaneceram completamente vazios no início da manhã devido à adesão dos trabalhadores do transporte coletivo à greve geral. Apenas carros particulares transitavam pela cidade.

Ao mesmo tempo, em outros pontos da capital, movimentos sociais e entidades sindicais promoviam atos e protestos localizados. À tarde, 30 mil pessoas participaram da marcha que partiu do Centro Cívico, passou pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) e seguiu até a Praça Tiradentes. Protestos também foram registrados em cidades do interior do Estado.



RIVÂNIA MOURA

“Precisamos de uma mobilização que não aceitamos não ter futuro”

Foto: Isaiana Santos / SintestRN



Nesta entrevista concedida ao jornal da ADUA, no dia 25 de abril, a professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e especialista em Previdência Social, Rivânia Moura, convidada para o Ciclo de Palestras “A Reforma da Previdência: O Fim da Aposentadoria”, promovido pela ADUA em parceria com outras entidades, discorre sobre os principais impactos da aprovação da Reforma da Previdência (PEC 287/16) para os trabalhadores brasileiros. Contribuição por quatro décadas para a obtenção da aposentadoria integral, fixação de pensão por morte em patamar abaixo do salário mínimo e impedimento do acúmulo de pensão por morte com aposentadoria, reduzindo a renda familiar de viúvos e viúvas são apenas alguns dos pontos polêmicos que integram a proposta em discussão no Congresso Nacional.

Estamos vivenciando um momento de fortes ataques a direitos conquistados pelos trabalhadores, há tempos e com muita luta. Mas, quando e com qual objetivo foi instituída a Previdência Social?

A Previdência é uma política social pública surgida na década de 1930 com a criação dos institutos de aposentadorias e pensões. Ela é fruto de reivindicações dos trabalhadores, mas tornou-se uma grande fonte de arrecadação do Estado devido à contribuição direta com parte do salário. Isso historicamente tem gerado uma disputa pelos recursos da Previdência Social, pois esse montante não fica parado como numa poupança. O Estado sempre utilizou esses recursos para outras fontes como, por exemplo, o desenvolvimento econômico do país e a criação de indústrias. A Ponte Rio Niterói, a Fábrica de Motores Nacional e várias hidrelétricas foram construídas utilizando recursos da Previdência Social, por exemplo. Desta forma, ao passo que a Previdência é uma política que garante direitos dos trabalhadores, dentre eles o principal que é a aposentadoria, por outro lado é também uma fonte de recursos muito grande gerido pelo Estado.

O governo aponta o que ele chama de Reforma da Previdência (e nós de contrarreforma) como a única alternativa para solucionar o déficit na Previdência. O modelo está realmente falido?

A divulgação do problema do déficit na Previdência não é atual. Passados dez a quinze anos da criação da Previdência já se começou a falar na possibilidade de crise no modelo, porque, de fato, o superávit que ela sempre gerou não existia lá esperando a requisição dos trabalhadores. A discussão sobre o déficit se aprofunda num cenário de crise, mas não é algo gerado agora, embora nas contas apresentadas para justificar o déficit esteja comprovado que ele não existe como o governo apresenta. O governo faz uma conta para demonstrar o déficit usando uma metodologia econômica que demonstra apenas uma parte das receitas. A outra parte, que são as contribuições indiretas as quais o Estado deveria repassar a Previdência, não são contabilizadas gerando um déficit irreal, fruto da manipulação dos dados do orçamento da Seguridade Social. A Previdência comprovadamente é superavitária.

Mas o governo utiliza argumentos para legitimar a realização da “reforma”, esperando que a população os endosse. Quanto de verdade existe neles?

O governo apresenta três justificativas para a aprovação da contrarreforma: o déficit - que já esclareci antes -, o envelhecimento populacional e a relação desfavorável entre ativos e inativos. De fato, existe um envelhecimento populacional, mas isso não deve ser encarado como um problema e sim como uma conquista da humanidade. A relação ativo e inativo é outra justificativa usada pelo governo como ponto importante a ser “atacado” com a ampliação das condições de emprego da população e da inserção no mercado de trabalho, em especial para os jovens que terão dificuldades de ingressar no mercado, já que os trabalhadores atuais ficarão mais tempo em seus cargos.

ção ampla no país para dizer “uro”, afirma especialista

Frente a esse ataque à classe trabalhadora, quais são as principais mudanças impostas pela Proposta de Emenda à Constituição 287/16 (PEC 287/16)?

As principais mudanças que têm sido pensadas com a PEC 287/16 - a PEC do desmonte da Previdência -, podem ser elencadas primeiramente pela questão da idade. Vem sendo bastante discutido o estabelecimento de uma idade mínima para os trabalhadores terem acesso ao benefício. À princípio, esta idade foi posta para 65 anos, levando em consideração a nossa expectativa de vida, porém, todos os países que estabeleceram uma idade mínima para a aposentadoria optaram por uma idade com um prazo bem distante da expectativa de vida, entre 15 e 20 anos, o que não é o nosso caso. Estão pensando uma “reforma” para adotar uma idade mínima muito próxima da expectativa de vida, causando polêmica porque desconsidera, entre outras coisas, a realidade regional. Sabemos que há regiões no Brasil, como Norte e Nordeste em especial, em que a expectativa de vida não chega a 65 anos, principalmente para os agricultores que trabalham no sol e têm uma rotina mais pesada. Isso nos leva a constatar que grande parte destes trabalhadores não terá acesso a aposentadoria porque provavelmente morrerá antes. É algo temeroso!

No seu julgamento, quem deve ser mais prejudicado, caso a PEC seja aprovada?

Pensar na Previdência hoje e na forma como a PEC 287/16 está sendo imposta é constatar que ela tem consequências tanto para quem já está trabalhando e contribuindo, como para os jovens e as futuras gerações que, certamente, não terão acesso ao direito à aposentadoria. Isso porque o tempo de contribuição mínimo estabelecido pela PEC é de 25 anos, sem que se perca um mês sequer de contribuição. Se casarmos a questão da idade com o tempo de contribuição isso traz sérias consequências. O tempo mínimo de contribuição atualmente é de 15 anos, com a PEC esse prazo aumenta em dez anos. Então a reforma atinge o conjunto dos trabalhadores. Os que estão trabalhando são afetados também porque houve mudanças na regra de transição que consiste no pagamento de um pedágio equivalente a 30% do tempo necessário para

obter a aposentadoria nas regras atuais. Um exemplo: hoje, as mulheres precisam ter 30 anos de contribuição. Então, se eu só contribuí 15 anos, vou precisar contribuir mais 20 anos. Então daria 35 anos do mesmo jeito. Esta “reforma” atinge os trabalhadores das empresas privadas, funcionários públicos, trabalhadores urbanos e rurais e iguala diversos critérios para homens e mulheres.

Você acredita na aprovação da PEC 287/16?

A “reforma” não pode ser aprovada como está, embora a correlação de forças dos trabalhadores com o Congresso seja bastante difícil. Nós precisamos de uma mobilização ampla e da parada do país para dizermos que não aceitamos não ter futuro. Alguns pontos já foram modificados como, por exemplo, a redução de três anos na idade para as mulheres se aposentarem, mas são pontos que não trazem um impacto muito grande. Acredito que precisamos de um tempo maior para discutir todas essas questões.

Entrevistada: Rivânia Lúcia Moura de Assis

Formação: Doutora em Serviço Social, professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERJ) e pesquisadora na área de política social, com ênfase em previdência social, financeirização e crédito.



Foto: Annyelle Bezerra

PRIVILÉGIOS

Elite é sempre elite

Por José Seráfico

Há nações cujas elites, estejam onde estiverem, cultivam certa nostalgia. Por conta disso, frequentemente se veem alinhadas com valores e práticas sepultados pela História. Tal cultura, ao mesmo tempo em que promove a volta de condutas lesivas à maioria, trata de criar ou aprofundar privilégios que só a monarquia mais autoritária e discriminatória poderia validar.

Assim são as elites econômicas brasileiras. As tentativas de voltar ao regime escravocrata e à realidade anterior à Declaração Universal de Direitos Humanos são exemplares desse anacronismo.

Ainda que se tenha certa dose de compreensão para o fenômeno, quando ele tem como protagonistas agentes econômicos, tal sentimento não pode estender-se à elite acadêmica. Várias são as razões por que tal extensão é inaceitável.

Primeiro, percebe-se a elite acadêmica aquinhoadada com maior e mais profundo conhecimento das coisas, pessoas e relações existentes em determinada sociedade. Do estudo criterioso e metódico é que se nutre a atividade da academia. Ou, pelo menos, deveria ser. Ou, ainda, é assim que o restante da sociedade entende.

É certo que superamos em muito o percentual de 1% dos brasileiros que chegavam aos bancos da escola superior. Era assim quando minha geração ocupava as salas de aula das universidades. Quase todas públicas, diga-se. Diga-se, ainda, empenhadas em construir um país menos desigual, menos violento e mais feliz.

O ganho de quantidade, porém, não se fez acompanhar de ganhos em qualidade. Tanto, que a elite acadêmica acabou por render homenagem às outras elites, ora tentando fazê-las mais influentes nos rumos da Universidade, ora buscando

imitá-las na constituição de privilégios. Com isso, os vínculos com a sociedade em geral, os menos aquinhoados dela em primeiro lugar, cederam espaço a outros tipos de articulação com o ambiente em que as escolas superiores operam.

Bom exemplo disso é a pretensão dos recém-eleitos dirigentes da Universidade Federal do Amazonas, que colocam como carro-chefe de sua iminente gestão a melhoria dos cuidados com a saúde a serem oferecidos à comunidade universitária. O

uma espécie de leito privilegiado, à moda do foro a que respondem certas autoridades, e que tanto nos constrange.

Importa pouco justificar a reserva de espaço privilegiado, utilizando prática existente em outras universidades, Brasil adentro. Pelo anúncio encontrado em recente entrevista do Professor Puga (por quem tenho amizade pessoal e apreço acadêmico), os Hospitais Getúlio Vargas e Francisca Mendes terão dependências especiais, onde qualquer de nós receberá os cuidados

que às pessoas comuns têm sido negados.

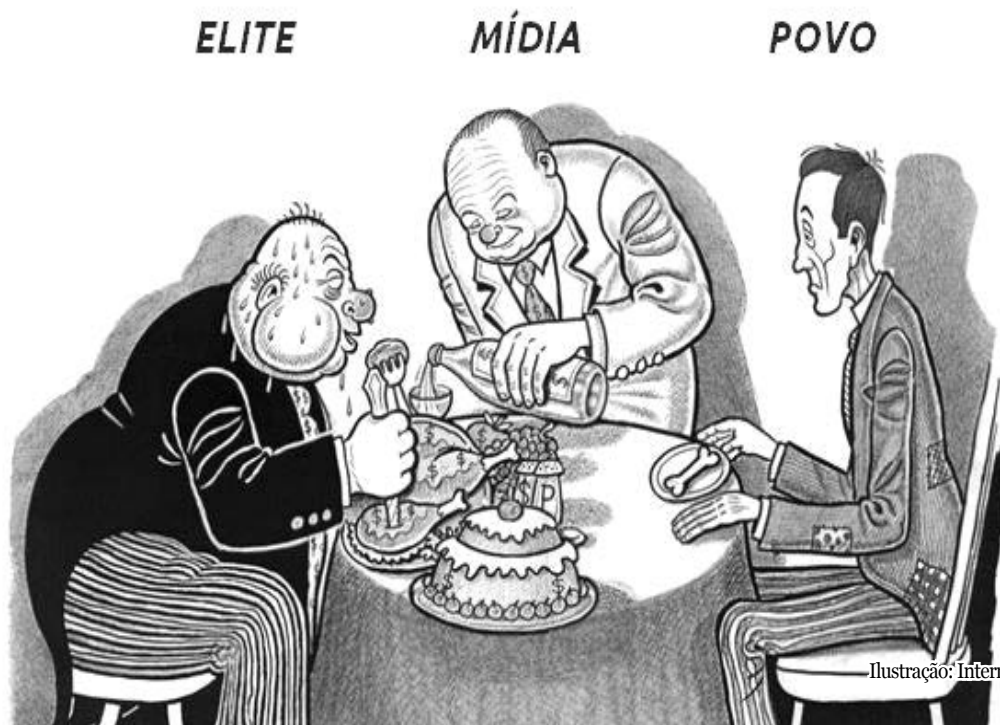
Se consideramos deficiente a rede que nos assiste, não será a criação de um privilégio que resolverá o problema. Tantas outras pessoas, extramuros universitários, recebem tratamento indigno faz muito tempo. Melhor seria pôr em discussão as condições atuais, buscando melhorá-las para todos, não asse-

gurando privilégios que a boa academia deve sempre contraditar.

Ainda bem que o percentual dos membros da comunidade acadêmica votante foi expressivamente menor que o dos omissos. Inaceitável por um lado (o do compromisso desses pelos destinos da universidade) por outro alimenta a dúvida de que sua manifestação negaria o desejo de ver-se privilegiados em relação aos que pagam para manter a instituição. Infelizmente, a hipótese aqui enunciada, para ser mais que uma vã e infundada esperança, precisaria ter contados os votos que faltaram, seja qual for a razão.

Contra o foro privilegiado, não tenho como ser favorável ao leito privilegiado.

José Seráfico é advogado e professor titular aposentado do Departamento de Administração da Ufam.



registro constou das propostas apresentadas pelos eleitos, durante a campanha eleitoral. Dir-se-ia tratar-se, portanto, de mero cumprimento de uma promessa de campanha. Até aí nada demais.

O que merece a mais serena e profunda reflexão, todavia, é o fato de os eleitores – professores, discentes, técnicos e demais funcionários – terem apostado nesse item da proposta. Não que a atenção à saúde de professores, funcionários e alunos seja algo que devemos negligenciar.

O pecado está em entendermo-nos merecedores de tratamento diferenciado, em relação aos demais habitantes de Manaus. Tal conceito apenas revela quanto nos distanciamos do ambiente social envolvente, ao ponto de assegurar para nós mesmos, condições de saúde que negamos aos nossos semelhantes... apenas porque estão fora da academia. Queiramos ou não,

GESTÃO**A Ufam reconstruída entre sonhos e poemas**

Por **Ricardo Bessa**

Quando a Universidade Federal do Pará criou o projeto de extensão “Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia - POEMA” ressignificou o conceito da palavra que, sem descuidar da poesia, promove a presença da comunidade universitária na periferia de Belém e no interior, com o objetivo de ajudar a melhorar os índices de desenvolvimento humano das populações pobres e marginalizadas que vivem nos alagados e nas áreas ribeirinhas. O projeto recebeu vários lauréis do Ministério da Educação. Um exemplo para o Brasil.

Longe de ser visto pelos docentes paraenses como um instrumento formal e burocrático a ser incorporado ao RIT para ascensão profissional, o POEMA traduz um compromisso e uma concepção de Universidade que tem por meta reverter a lógica de suas ações e assim assumir o papel que lhe cabe enquanto instituição produtora de conhecimento e formadora de uma consciência amazônica.

Esse referencial de universidade deve ser seguido pela Ufam, que, no dia 31 de março, escolheu seus novos dirigentes e, conseqüentemente, o modelo de universidade que quer para a instituição: uma Universidade comprometida com o desenvolvimento social, econômico e autossustentável da Região, resgatando, desse modo, a sua vocação de Entidade Amazônica, Plural e de Excelência. Assim, a comunidade universitária optou pela mudança e rechaçou o modelo burocrático e ditatorial implantado pela gestão que se despede.

A Universidade Federal do Amazonas precisa se concentrar em sua própria realidade e exercitar sua autocrítica. Para recuperar o seu “status” enquanto instituição produtora de saber, ela precisa rever algumas de suas práticas atuais e muitos dos procedimentos que configuram o seu cotidiano. Precisa se reorganizar, ter coragem para se passar a limpo e se renovar.

A Ufam precisa dialogar de modo inteligente com a sociedade. Deve romper com os muros do campus e ir ao encontro da periferia, isto é, buscar a sociedade, pôr-se em contato ativo e interagir com ela, torná-la protagonista da própria dinâmica universitária. Um caminho neste sentido seria a criação do Estágio Social Curricular Multidisciplinar, que promoveria a intera-

Ilustração: Jessica Martins



ção dialética entre universidade e sociedade, entre saber acadêmico e saber popular, abrindo portas para a inserção dos formados no mercado de trabalho e oportunizando o exercício da prática de conhecimentos teóricos adquiridos nas salas de aula.

A Ufam deverá lutar de forma permanente para garantir a sua democratização. Democratizar não significa apenas ter acesso facilitado, representação paritária e eleições diretas para os cargos de direção, por mais que isto seja relevante e indispensável para garantir a democracia. A democratização só fará sentido se souber respeitar a especificidade e a finalidade da instituição; quer dizer, se democratizar o conhecimento. Democratizar precisa significar, também, criação das condições institucionais e comportamentais (didático-pedagógicas) necessárias para uma formação igualitária, baseada numa igualdade de oportunidades, de modo a propiciar a todos (e não apenas aos “mais capacitados”) as mesmas condições de progressão intelectual, acesso a conhecimentos e interação acadêmica.

Será preciso encontrar um equilíbrio entre quantidade e qualidade. Forçada a se converter em fenômeno de massa, a Ufam ainda não conseguiu se ajustar inteiramente a isso. Nos últimos anos, ela cresceu de forma desproporcional - aumentou em grande quantidade as vagas para ingresso de estudantes e ampliou o número de cursos, mas pouco cresceu em número de professores e técnicos administrativos, sendo forçada a operar em outra escala de tempo e a partir de novos procedimentos organizacionais e didático-pedagógicos. Além disto, não realizou concursos e subs-

tituiu os funcionários administrativos pelo trabalho provisório de estagiários de qualificação primária. O ensino e a produção de conhecimentos viram-se então alterados, na medida em que tiveram de responder a novas demandas e exigências, a abrir-se para universos mais instrumentais e aplicados, a se simplificar.

O desafio agora é continuar crescendo para absorver as massas de jovens que batem às suas portas sem perder qualidade. Terá de abrir mais vagas e mais cursos, oferecer mais aulas e serviços de extensão, diversificar sua oferta. Mas não terá sucesso nesta operação se abrir mão de princípios consolidados, se não se rediscutir, não se inovar, se continuar priorizando a improvisação e a burocracia em detrimento de um planejamento estratégico e de ações político-pedagógicas eficientes.

Não temos dúvidas de que a Ufam é nosso maior patrimônio. O compromisso da nova gestão, que precisa mostrar seu valor, deve resgatar a dívida social para com aqueles que a sustentam: os que aqui vivem e pagam impostos para mantê-la, sobretudo os trabalhadores assalariados, cujos filhos se encontram excluídos do acesso à ela.

Neste momento de nova gestão, torna-se importante e oportuno seguir o exemplo da Ufpa e decidir sobre um projeto de reconstrução, entre sonhos e poemas, de uma instituição voltada para o bem-estar social e para o desenvolvimento econômico autossustentável da Amazônia.

Ricardo Bessa é professor do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas.

ATRASSO

Brasil e sua cultura política colonizada

Por Isaac Warden Lewis

O colonialismo, de modo geral, legou às populações dos territórios invadidos na Ásia, África e América ideias e práticas difíceis de serem abolidas, se essas populações não se derem conta de que tais ideias e práticas herdadas precisam ser radicalmente abolidas e superadas.

No cotidiano, podemos perceber que filhos e filhas de pais e mães mal educados também podem ser mal educados e eles e elas não se dão conta de que precisam abolir e superar radicalmente a educação, as atitudes, as visões de mundo herdadas de seus pais e avós.

Os colonizadores portugueses, por exemplo, aportaram em terras da Ásia, África e América, dizendo-se cristãos, civilizados e seres humanos superiores. Mas, no cotidiano, suas ideias de cristianismo eram distorcidas, enviesadas, nada tinham a ver com possíveis ideias pregadas por algum sujeito que, por acaso, tivesse vivido, em algum momento, na Palestina ou na Galileia. Em nome de deus, os colonizadores portugueses massacraram e escravizaram povos asiáticos, africanos e americanos. Muitos nativos desses continentes morreram graças às bactérias e aos vírus transportados por tais civilizados.

No Brasil, os colonizadores trouxeram leis, decretos, códigos que os beneficiavam e discriminavam negativamente as populações nativas. Desse modo, os invasores portugueses tomaram-se latifundiários, traficantes e senhores de escravos, governantes, enfim, os mandatários da colônia.

Para se protegerem de possíveis rebeliões das populações nativas, os colonizadores estabeleceram um sistema político, jurídico, militar e policial que conceituava os nativos como perigosos, preguiçosos e primitivos. Esse sistema tinha, portanto, funções pedagógicas: Estabelecia os direitos e privilégios dos colonizadores e os deveres dos colonizados através da violência.

Como coadjuvante do sistema político, jurídico, militar e policial, o sistema educacional preparava alguns estudantes (os filhos dos colonizadores) para estudos maiores, superiores, para terem acesso a cargos privilegiados, e instruíam a maioria (os nativos) para os trabalhos produtivos ou artesanais.

Essa estrutura política vigorou na sociedade brasileira, no período colonial, privilegiando senhores de escravos, governantes, padres, políticos, funcionários públicos, juizes, policiais e agregados que, a serviço da metrópole portuguesa, cometiam abusos, arbitrariedades, ações corruptas sem serem jamais julgados ou condenados pelas leis, decretos e códigos do reino português.

No período imperial, a proclamação da independência não mudou a estrutura política vigente no período colonial porque a sociedade monárquica era estruturada e sustentada pelas mesmas classes favorecidas que sustentaram os reis e as cortes portuguesas durante o período colonial.

Para se manterem como classe favorecida, os traficantes e os senhores de escravos assumiram-se como feitores a serviço das classes privilegia-

das inglesas que patrocinaram e apadrinharam a independência do Brasil de Portugal, apesar dos interesses conflitantes entre a sociedade agrária escravagista e atrasada dos senhores e traficantes de escravos e a sociedade que se afirmava industrial, moderna, capitalista e antiescravagista das classes privilegiadas inglesas.

Entretanto os mamelucos luso-brasileiros continuavam, em teoria, a se proclamarem europeus, civilizados e cristãos, na época, em que os europeus começavam a mudar sua compreensão sobre a escravização de seres humanos, a sua visão dos povos não europeus, além de questionarem os dogmas do catolicismo. Portugal, por exemplo, aboliu a escravidão em 1854, porém os lusodescendentes do Brasil (já independente), de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau aferravam-se às práticas escravagistas em seus territórios.

A elite brasileira e seus agregados proclamavam-se classe privilegiada, embora, política e economicamente, subordinassem seus interesses aos interesses das classes privilegiadas europeias. Essa elite brasileira não era, na verdade, uma classe privilegiada e sim uma classe favorecida. Essa dicotomia entre o que a elite política brasileira se proclamava e a sua realidade de subordinação a elites de países avançados explica as atitudes hipócritas, falsas, corruptas, conservadoras não só de políticos e empresários brasileiros, mas também das classes favorecidas de países que emergiram da condição de colônias na Ásia, África e da América (incluindo os Estados Unidos).

É por isso que as teorias e as práticas de políticos dos países periféricos são tão parecidas. Sua preocupação política fundamental é garantir condições de desenvolvimento, segundo os projetos políticos dos países desenvolvidos, permitindo aos empresários desses países o controle e a exploração dos recursos materiais e humanos de seus países periféricos, o que leva a se preocuparem em manter a ordem e o progresso nesses países.

Para execução dos projetos políticos mencionadas acima, os políticos dos países periféricos que se tornaram repúblicas, através da instalação de estados burocráticos de direito, reconhecidos e apoiados por estados desenvolvidos – sedes das classes privilegiadas capitalistas internacionais – estabeleceram sistemas políticos, jurídicos, militares e policiais que mantêm privilégios e direitos para as classes favorecidas e negam esses privilégios e direitos para a maioria da população.

Tais sistemas permitem, na realidade, que os indivíduos das classes favorecidas cometam crimes impunemente. Não se constitui surpresa, portanto, que, entre os países mais corruptos do mundo, o Brasil esteja em quarto lugar, precedido pela Venezuela, Bolívia e o Tchad, segundo a pesquisa do Fórum Econômico Mundial.

Isaac Warden Lewis é professor aposentado da Faced/Ufam e ex-presidente da ADUA.

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 01/03/2017 A 30/04/2017

QUADRO DE RESUMO 2017

	FEVEREIRO		MARCO		ABRIL	
SALDO ANTERIOR	R\$	196,12	R\$	15.296,51	R\$	35.278,47
Receitas	R\$	86.250,60	R\$	86.290,60	R\$	85.620,60
Despesas (-)	-R\$	71.150,21	-R\$	66.308,64	-R\$	82.810,44
RESULTADO OPERACIONAL DO MÊS	R\$	15.100,39	R\$	19.981,96	R\$	2.810,16
RESULTADO OPERACIONAL	R\$	15.296,51	R\$	35.278,47	R\$	38.088,63
Banco do Brasil S/A	R\$	31.208,91	R\$	51.175,33	R\$	55.336,67
Aplicações Banco do Brasil	R\$	524.336,13	R\$	527.785,07	R\$	527.526,07
Fundo de Caixa	R\$	374,29	R\$	1.543,93	R\$	192,75
SALDO ATUAL DISPONIVEL	R\$	555.919,33	R\$	615.782,80	R\$	621.144,12

PAULO MAMULENGO**O ventríloquo que cumpriu várias missões**

Foto: Blog do Simão

Por Anderson Vasconcelos

“**N**egão” passou a ser conhecido nos rincões da Amazônia por conta do seu jeito de se expressar, sem “papas na língua”, mas foi a poucos quilômetros de Manaus que ele se estabeleceu e de onde brotaram seus causos mais marcantes. Óbvio que esse texto não se refere a um conhecido político local, mas ao personagem que combatia políticos locais desinteressados pela coisa pública e pelo povo.

Bastava um passo em falso, uma atitude reprovável, uma ação desvirtuada e “Negão” tinha carta branca para agir, em virtude da liberdade de pensamento e de crítica que seu criador – igualmente livre – lhe conferia: “Paulo Mamulengo”, o ventríloquo que deu vida a “Negão”, a outros bonecos e a muitas causas nessa região.

“Paulo Mamulengo”, como o artista ficou conhecido, nasceu Paulo de Tarso, em Patos, no sertão paraibano. Chegou ao Amazonas em 1986, vindo de Brasília, com a “missão” de tocar a campanha política de um candidato do PT ao governo do Estado e ainda de um amigo que se lançava a deputado estadual.

A pedido da coordenação nacional do Movimento de Reabilitação dos Portadores de Hanseníase (Morhan), aproveitando a viagem, incluiu a missão de “descobrir” porque o Estado liderava as estatísticas de casos de hanseníase no Brasil, antigamente conhecida como “lepra”, doença infecciosa crônica e curável que causa, sobretudo, lesões de pele e danos aos nervos.

Ele visitou a porção sul do Estado, onde havia muitos casos registrados. Porém, foi em Paricatuba, distrito de Iranduba, a pouco mais de 50 km de Manaus, que ele decidiu fincar a base de sua família, três anos mais tarde, durante o período da Semana Santa de 1989. Foi na vila desse distrito que se instalou o primeiro leprosário do Amazonas, hospital-colônia de tratamento para hansenianos.

Diferente do isolamento a que foram submetidos os pacientes de outrora, Paulo Mamulengo combateu, por anos, a segregação, sobretudo aquela promovida por um Estado assentado em privilégios a poucos e vida difícil a tantos. Um dos ventríloquos mais lembrados no Amazonas – senão o mais lembrado, Paulo certamente não conseguiu conceber a vida em isolamento às margens do Rio Negro. Não à toa carregava seu parceiro fiel, “Negão”, com o qual resolveu encampar a luta dos hansenianos de Paricatuba, passando a ser “porta-voz” daquela comunidade.

Na casa instalada às margens do Rio Negro, o artista viu crescer a família e também a quantidade de pessoas interessadas na “arte do mamulengo”. Era no local que ele desenvolvia oficinas de produção do boneco gigante do Carnaval do Nordeste, cultura que ele fez vingar aqui também. “Quando havia boneco para fazer, Paulo fazia uma fogueira na frente da oficina que só apagava quando o boneco aprontava. Tinha sempre alguém responsável por não deixar o fogo apagar”, conta a terapeuta ocupacional Rosângela Melo, carinhosamente chamada de dona Ró, com quem o mamulengo dividiu planos e realizou sonhos.

Dona Ró ressaltou as virtudes dele: irreverente, inquieto e corajoso. Foi por meio de sua arte que recitava poemas, contava causos, desfiava repentes e canções populares e improvisava textos feitos na hora, sempre incomodando aqueles que não queriam ser incomodados. “Viveria tudo de novo com ele, sem dúvida. Eu devo isso a Paulo Mamulengo. Nós viemos para

cá confiando na arte dele. E aqui ele deixa um legado para a cidade, para o Carnaval, para o teatro, para a arte”, completa Rosângela.

Paulo de Tarso, 62, partiu também na época da Semana Santa de 2017. Deixa quatro filhos, quatro netos, um legado e várias “histórias entrelaçadas”, que passei a conhecer no dia 18 de maio, quando se completava um mês de falecimento do mamulengo, em entrevista realizada na calçada de um dos bares mais tradicionais da cidade, o Bar do Armando, onde estão algumas das criações dele – os bonecos confeccionados para a Banda da Bica.

Paulo Mamulengo, presente!



Ilustração: Kariny Sanchez

COLUNA FALA JURÍDICO

REFORMA TRABALHISTA

Por **Fernanda Kelen Sousa da Silva**

O Projeto de Lei nº 6.787/2016, denominado de Reforma Trabalhista, propõe alterações na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943) e na Lei do Trabalho Temporário (Lei nº 6.019/1974) e já foi aprovado na Câmara dos Deputados, encontrando-se em apreciação no Senado Federal.

Inicialmente, é preciso ressaltar que a Reforma Trabalhista não atinge diretamente os servidores públicos, que possuem regime jurídico estatutário, porém é de grande importância conhecer o teor do projeto, pois, se aprovado, alcançará todos os demais trabalhadores.

As disposições da Reforma Trabalhista vêm causando grande celeuma perante a sociedade, tendo em vista sua real finalidade de precarizar as relações de trabalho com a supressão de direitos, o enfraquecimento dos sindicatos, a limitação da justiça do trabalho, o favorecimento da terceirização, etc.

Dentre os dispositivos que suprimem direitos, pode ser citado o art. 394-A que trata da possibilidade de a gestante continuar exercendo atividade insalubre em grau médio ou mínimo, exceto quando apresentar atestado que recomende o afastamento, bem como o art. 468, §2º que extingue a incorporação da gratificação de função de confiança quando o empregado deixe o exercício da função, direito hoje assegurado pela Súmula 372 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), desde que o empregado tenha percebido a gratificação por dez anos ou mais.

A proposta também prevê a possibilidade de rescisão do contrato de trabalho por “acordo” entre empregado e empregador, na qual somente serão devidas, além das demais verbas trabalhistas, a metade do aviso prévio, quando indenizado, e a metade do saldo do FGTS. Nesse caso, o empregado não poderá receber o seguro-desemprego (art. 484-A).

Na vertente do enfraquecimento dos sindicatos, o projeto torna desnecessária a assistência do respectivo sindicato por ocasião da rescisão (art. 477-A), deixando o empregado verdadeiramente

te desamparado num momento em que este já se encontra vulnerável.

Com a finalidade de limitar a atuação da Justiça do Trabalho, menciona-se a mudança que se pretende efetivar no §2º do art. 8º da CLT estabelecendo que súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo TST ou pelos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) não poderão criar obrigações não previstas em lei, o que será extremamente prejudicial, pois a jurisprudência é fonte de direito na falta de disposições legais ou contratuais.

Ademais, a proposta prevê a criação de parâmetros, que constituem verdadeiras restrições no arbitramento do valor dos danos morais (223-G §1º), o que pode ensejar condenações judiciais em valores ínfimos comparados ao dano que a empresa causou ao empregado.

O projeto estabelece ainda que a justiça gratuita somente será deferida aos que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (art. 790), prevendo também que mesmo o beneficiário da justiça gratuita deverá pagar os honorários periciais, quando for a parte perdedora.

Além disso, caso o reclamante falte na primeira audiência, este será condenado a pagar as custas, ainda que seja beneficiário da justiça gratuita, sendo que este pagamento condicionará a propositura de nova ação (art. 844, §§2º e 3º), consistindo em óbice ao acesso à justiça.

O projeto traz ainda disposições prejudiciais sobre o tele-trabalho, a possibilidade de parcelamento das férias em até três períodos, a contratação de trabalhador “autônomo exclusivo”, o trabalho intermitente, a definição de “padrão de vestimenta” pelo empregador, a prevalência do acordo coletivo e da convenção coletiva sobre a lei, ainda que não constituam norma mais favorável e outros prejuízos.

Portanto, por versar sobre direitos conquistados pelo trabalhador com muita luta, o assunto deve ser debatido intensamente na sociedade.

Fernanda Kelen é advogada (OAB/AM 11.739) e da Assessoria Jurídica da ADUA.z

Comentários



Jane Nascimento Isso é vandalismo? Isso é luta por um país melhor, luta por direitos!!!**(Sobre a panfletagem realizada na entrada da Ufam por docente e técnicos-administrativos no dia 28 de abril, Dia de Greve Geral)**



Monica Cristina UFAM exercendo cidadania!!!! #UFAMDOMEUCORACÃO# **(Ainda sobre o dia de paralisação realizado por docentes e técnico-administrativos da Ufam em alusão ao dia 28 de abril)**



David Lobão Foi um prazer muito grande participar desta atividade. Acredito que colocamos mais um tijolo nesta importante construção da GREVE GERAL do dia 28. VAMOS PARAR O BRASIL! **(Sobre a realização do Ciclo de Palestras sobre a Reforma da Previdência, nos dias 24, 25 e 27 de abril)**



Damasco Mustafa Parabéns as entidades pela construção e resistência. Mais que de parabéns David Lobão pela grande contribuição no debate! Rumo a greve geral! **(Ainda sobre o ciclo de debates, que teve o professor David Lobão como primeiro palestrante).**

Anote aí!

CALENÁRIO DE VISITAÇÃO

AOS CAMPI



ICET Itacoatiara
9 de junho